

## Vitória da Argentina

Luiz Carlos Bresser-Pereira  
*Folha de S.Paulo*, 14.03.05

A adesão de 76% à proposta de reestruturação da dívida externa pública foi uma grande vitória da Argentina e uma grande derrota do FMI (Fundo Monetário Internacional). A lição maior que devemos tirar dela é a de que os Estados Unidos, suas agências e o sistema financeiro internacional não possuem o poder que se lhes atribui. Quando um país tem boas razões e age com firmeza e responsabilidade, sua posição pode prevalecer.

A reestruturação da dívida argentina, entretanto, tem provocado grande confusão e equívoco em toda parte, inclusive aqui no Brasil. Com frequência, se fala na "moratória". Ora, em dezembro de 2001, quando a Argentina deixou de honrar seus compromissos internacionais, não houve moratória, mas "quebra" do país. Moratória ocorre quando o governo decide suspender pagamento de suas dívidas por algum tempo, embora ainda tenha em caixa recursos para continuar a pagar, pelo menos por algum tempo. Moratória aconteceu no Brasil, quando, em fevereiro de 1987, anunciou-se a suspensão do pagamento de sua dívida externa. Já no caso da Argentina, não houve nenhuma decisão do governo. Dada a suspensão da rolagem da dívida externa pelos credores, o país viu-se sem recursos para pagar seus compromissos.

Não houve moratória, mas de quem é a responsabilidade da quebra? Dos argentinos apenas, como sugerem os países ricos e a grande imprensa brasileira? Ou também dos credores, que fizeram empréstimos irresponsáveis? Ou, também, de Washington, que, no início dos anos 90, formulou a estratégia de que os países em desenvolvimento, mesmo os mais endividados, deveriam "crescer com poupança externa"? Ou a responsabilidade é também do FMI, que nessa década apresentou a política econômica do governo Menem e seus resultados como exemplo para todo o mundo? Essa organização alega que, principalmente no último ano antes da quebra, cobrou muito o ajuste fiscal da Argentina, o que é verdade. Mas, ao mesmo tempo, nada dizia sobre a taxa de câmbio absurda embutida no Plan de Convertibilidad.

Na verdade, a responsabilidade pela quebra foi mútua: da Argentina e dos credores -e de seu principal representante, o FMI. Para os argentinos, devido à terrível experiência de hiperinflação, o Plan de Convertibilidad havia se transformado em tabu e os impedia de agir. Para o FMI, era uma forma de apreciação do câmbio que combinava perfeitamente com a estratégia de crescimento com poupança externa. Por isso essa organização é co-responsável pelo quase desastre brasileiro e o grande desastre argentino.

Agora, graças à firmeza do presidente Néstor Kirchner, a Argentina logrou reduzir sua

dívida externa pública em cerca de 70%, de forma que a dívida pública total baixou de 120% para 70%. Graças a essa redução e ao aumento do prazo, uma dívida que era rigorosamente impagável pode ser agora paga. Enquanto nossos amigos argentinos empenhavam-se nessa tarefa, as elites conservadoras brasileiras torciam contra.

Na verdade, o que preocupava essas elites era que o exemplo da Argentina fosse adotado por outros países, especificamente pelo Brasil. Ora, essa preocupação não faz o menor sentido. Estivemos próximos de uma quebra internacional, em 2002, porque os credores recusavam-se a rolar nossa dívida, mas desde então os grandes déficits em conta corrente transformaram-se em superávits, e o efeito Lula desapareceu, de forma que não corremos nenhum risco de quebra no médio prazo. Enquanto a dívida pública da Argentina era de 120% do PIB, a nossa é de 51%. A nossa dívida pública é de apenas 8% do PIB; se somarmos a dívida pública indexada em dólares, essa porcentagem sobe para 12%. Felizmente, estamos muito longe dos números da Argentina pré-reestruturação.

A violenta crise que reduziu em cerca de 25% o PIB da Argentina ensinou da forma mais clara possível algo que já devíamos saber pela nossa própria crise de 1998: a estratégia de crescimento com poupança externa é, quase sempre, um equívoco. É uma idéia cara aos credores externos, interessados nos elevados juros que pagamos, e a seus países, felizes com os saldos comerciais que obtêm.

A lição da reestruturação da dívida argentina ensina outra coisa. Mostra que a autonomia de política econômica dos países em desenvolvimento é muito maior do que se propala. Os Estados Unidos e suas agências podem ser poderosos, mas estão longe de serem hegemônicos como pretendem. Não têm o poder que se supõe. E, quando um país cuida bem de sua própria casa, adota uma política fiscal e uma política cambial firmes, não tem razão para temer quebras nem para se curvar diante das sábias recomendações vindas do Norte. Os países asiáticos dinâmicos têm demonstrado "ad nauseam" essa simples verdade de um ponto de vista positivo: adotando sua própria estratégia nacional de desenvolvimento, a Argentina foi obrigada a mostrar a mesma coisa de uma forma negativa, reestruturando sua dívida. Mas, se continuar a ser governada como está sendo, logo estará apresentando as taxas de desenvolvimento que o Brasil, com sua "prudência", não logra.